

IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE



Com o Apoio do: **UNFPA, UNIFEM, Suécia, Canada, Holanda e Irlanda.**

Maputo 2006

IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE



INDICE

	Página:
Contexto no País _____	3
Situação da Mulher em Moçambique _____	6
O Projecto _____	8
Extensão Provincial _____	10
Estratégia de Intervenção _____	12
2ª Fase: Concretização _____	15
Lições Aprendidas _____	21
Conclusões _____	25
Perspectivas para o Futuro do Projecto _____	27

O objectivo geral do projecto é contribuir para os esforços nacionais de melhorar o nível de vida das pessoas, respondendo aos problemas relacionados com a equidade e igualdade de género, bem como do empoderamento da mulher e sua participação activa no processo de desenvolvimento.

CONTEXTO NO PAÍS

A desigualdade de género vem sendo reconhecida como um factor de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza. Consta-se que as mulheres se encontram cada vez mais, e de um modo desproporcional, vulneráveis à pobreza. Por outro lado reconhece-se que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento.

A Constituição de Moçambique consagra a igualdade de direitos para homens e mulheres. O Estado Moçambicano aderiu à Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW). Adoptou a Plataforma de Acção de Beijing e ainda as declarações relativas à Igualdade de Género e Promoção do Estatuto das Mulheres, a nível do Continente e da Região, respectivamente na União Africana e na SADC.



Em 2000 Moçambique tornou-se signatário dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), contém objectivos dirigidos à igualdade de género, particularmente na educação e na saúde.

Apesar destes compromissos políticos, em Moçambique

os indicadores sócio-económicos registam grandes disparidades e desequilíbrios de género, mostrando mesmo tendência para o agravamento em alguns casos.

Em resposta à situação, o Governo de Moçambique tem procurado traduzir os seus compromissos políticos em iniciativas que promovam a consciência de género ao nível das instituições do Estado e da sociedade em geral, e que possam conferir mais poder às mulheres. Nessa perspectiva criou um ministério com um mandato específico para as questões da mulher, o Ministério da Mulher e da Acção Social. Este Ministério, através da Direcção Nacional da Mulher, deve conduzir os esforços multissetoriais destinados a promover a igualdade de género.

Perante os desafios colocados a Moçambique na promoção do papel da mulher e da igualdade de género, o UNFPA e o UNIFEM lançaram, em 2002, o programa de 4 anos designado por “Apoio à Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher a Nível Central e Províncias Seleccionadas”. Este Programa vem sendo executado em parceria com o Governo, através do MMAS - Direcção Nacional da Mulher, Direcção Provincial da Mulher e Acção Social da Zambézia, e a Sociedade Civil, representada pelo Forum Mulher e pelo Núcleo das associações femininas da Zambézia, NAFEZA.

A fase 2 do “Projecto” está agora em processo de encerramento e esta brochura pretende documentar e divulgar os seus passos fundamentais desde o ano 2002, sobretudo,

- a sua inserção no contexto sócio-económico moçambicano
- a definição dos seus objectivos
- a escolha dos parceiros para a sua execução
- a análise das necessidades em capacidades e recursos das instituições moçambicanas parceiras para poderem implementar o projecto
- o reforço das capacidades institucionais e dos recursos humanos através de formação específica em género levada a cabo entre as instituições do governo a nível central – MMAS-

DNM - e a nível local

- o reforço institucional e a formação a nível dos organismos da Sociedade Civil
- as intervenções do Projecto na criação do ambiente legal e empoderamento da mulher
- os resultados e as lições aprendidas neste processo.

“Existe a sensibilidade (para a questão de Género) mas há muito a fazer na prática. Na Educação, por exemplo, o acesso e permanência da rapariga na Escola, é um problema nacional mas também regionalizado. As estatísticas mostram que é na região norte que a disparidade entre raparigas e rapazes a frequentar a escola é maior. Estes e outros problemas de disparidade de Género agravam-se à medida que nos afastamos dos centros urbanos para as zonas rurais, onde a informação não chega e as mentalidades demoram muito a mudar.” (Leontina dos Muchangos, Formadora na área de género pelo Forum Mulher)



Representante da sociedade civil lendo uma mensagem sobre o HIV/SIDA no dia 1 de Maio de 2004 na Maganja da Costa.

SITUAÇÃO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE

Com base nas projecções do último recenseamento geral da população em 1997, a população de Moçambique deve rondar pelos 18, 9 milhões de pessoas, com um crescimento anual de 2, 7%. As mulheres constituem 53% do total da população, 23% das quais estão em idade reprodutiva. A taxa de fertilidade é de 5, 5 e 60% por cento das mulheres são mães antes dos 20 anos de idade. Quase metade da população, 44%, tem menos de 15 anos.

Moçambique regista um dos mais elevados níveis de analfabetismo do mundo. O índice de analfabetismo entre as mulheres reflecte um problema grave de desigualdade de género. Segundo dados do Governo de Moçambique – Ministério do Plano e Finanças - publicados em 2003, somente 32% das mulheres, comparado com 63% dos homens, sabem ler e escrever.

Apesar destes índices, Moçambique tem um número relativamente alto de mulheres em cargos que envolvem tomada de decisões a nível nacional e local, na Assembleia da República e nas Assembleias Municipais. No Governo constituído após as últimas eleições gerais, as mulheres estão representadas numa proporção que se compara favoravelmente a países com índices de desenvolvimento mais altos.

A mortalidade materna em Moçambique foi estimada, segundo os Indicadores de Desenvolvimento Mundial da População em



Visita da Representante do UNFPA ao grupo de mulheres activistas no centro juvenil do Bairro Bradão, Zambézia 2004

2003, como sendo de 408 mortes por cada 100 000 mulheres. Embora a situação na área da mortalidade materna tenha vindo a melhorar significativamente desde 1990, o índice actual ainda reflecte as dificuldades das mulheres no acesso aos serviços de saúde e maternidades. A maioria da população vive nas zonas rurais, a população é dispersa, e as distâncias a percorrer para chegar aos centros de saúde chegam a ser de 200 kms. O resultado é uma quase total falta de acesso aos serviços de saúde para a maioria das mulheres. em Moçambique.

Os dados relativos ao HIV/SIDA, além de limitados, não são adequadamente desagregados por sexo. Os números oficiais relativos a 2005 dão uma taxa de prevalência média nacional de 16, 2%, superior ao número estimado para 2004 que foi de 14, 9%. Na análise estatística verifica-se que o grupo mais vulnerável são jovens, e dentre estes, as raparigas dos 15 aos 24 anos, cuja taxa de infecção, segundo a estatística, é quatro vezes superior à dos homens do mesmo grupo etário.

A desigualdade de género é um factor fundamental na incidência do HIV/SIDA nas mulheres e, em particular, nas mulheres jovens. As relações de poder entre o homem e a mulher fazem com que seja impossível à maioria das mulheres insistirem com os seus parceiros no uso de preservativos. É predominante o padrão social que faz com que as raparigas sejam induzidas a relacionarem-se com homens mais velhos, levando a relações sexuais precoces e aumentando a sua vulnerabilidade à infecção pelo HIV.

A crescente morbidade e mortalidade causadas pelo SIDA tem um efeito devastador nas famílias e os seus efeitos recaem sobretudo sobre as mulheres. Pressionada pela pandemia, a sociedade espera que as mulheres voltem ao seu papel tradicional de alimentar e cuidar dos membros doentes e incapacitados da sua família. O aumento no número de crianças orfãs devido à perda de mães e pais por causa do SIDA, vem sobrecarregar ainda mais as mulheres que de algum modo têm de cuidar dessas crianças.

2. O PROJECTO

O Projecto de “Apoio à Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher” foi lançado em 2002 pelo UNPFA e o UNIFEM, integrado no Sub-programa de Estratégias para a População e Desenvolvimento do UNFPA. O projecto desenvolveu-se em duas fases, tendo a primeira decorrido de 2002 a 2004 e a segunda fase em 2005 e 2006.

Os parceiros do projecto foram o Governo de Moçambique através do Ministério da Mulher e Acção Social - Direcção Nacional da Mulher, e a Direcção Provincial da Mulher e Acção Social da Zambézia, o Forum Mulher e o Núcleo de Associações Femininas da Zambézia, NAFEZA. Estas parcerias foram estabelecidas através de Acordos entre o UNPFA e o MMAS em Setembro de 2002; e entre o UNFPA e a DPMAS da Zambézia, o Forum Mulher e o NAFEZA, em Janeiro de 2003.

Para a direcção e coordenação do Projecto foi estabelecido uma “Comissão de Acompanhamento do Projecto” (Steering Committee), que incluiu representantes do MIMAS e Forum Mulher, do UNFPA e UNIFEM e ainda representantes dos doadores bi-laterais contribuintes. Para a administração do Projecto foi estabelecido um “Comité Senior de Gestão do Projecto”.

As estratégias de implementação definidas com o Governo centraram-se no apoio técnico e financeiro ao MMAS e DPMAS da Zambézia e no fortalecimento do Forum Mulher e do NAFEZA.

Na segunda fase o projecto teve o apoio e contribuições da equipa técnica do “UNFPA Country Support Team for Southern Africa” baseada em Harare, para garantir a integração regional e a coordenação entre outros programas de saúde reprodutiva do UNFPA.

O Projecto foi desenvolvido com apoio técnico e financeiro do UNFPA e do UNIFEM, e co-financiado por doadores bi-laterais como a Embaixada da Suécia, Embaixada da Holanda, Embaixada da Irlanda e a organização CIDA-Canadá.

O objectivo central do Projecto foi apoiar a promoção da igualdade de género e empoderamento da mulher e, em particular a sua participação activa no processo de desenvolvimento. Para a

concretização deste objectivo foi dada maior ênfase ao reforço da capacidade institucional dos parceiros, no Governo e na sociedade civil.

O Projecto centrou a sua intervenção no desenvolvimento de estratégias para a monitoria da implementação das políticas e planos nacionais relevantes para os objectivos do Projecto; e ainda no apoio à criação dos instrumentos legais, à formação, a lobby e advocacia para os assuntos de Género, com realce para Género e HIV/SIDA.

“A primeira parte do Programa foi dirigida para a capacidade institucional e este objectivo foi cumprido. Fizemos recentemente um balanço entre o pessoal desta Direcção, em termos dos conhecimentos adquiridos sobre assuntos de género e em particular, da integração da óptica de género nos planos e orçamentos do governo. A nossa constatação é de que houve realmente um salto qualitativo. Alguns dos técnicos que beneficiaram dessa formação estão hoje a fazer formação em questões de género nas províncias.”

“... foi possível revitalizar o Grupo Operativo para o Avanço da Mulher criado depois da Conferência de Beijing. Uma vez que a presidência do Grupo está no Ministério da Mulher, foi possível por exemplo o financiamento das suas actividades em termos de participação em conferências no exterior. Os membros do Grupo Operativo passaram por acções de capacitação, passou a haver reuniões regulares, definiu-se o papel que cada membro tem nos diferentes sectores. Em 2004 extinguiu-se o Grupo Operativo para criar o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher. Este é constituído pelos Ministros dos sectores sociais e outros como o Ministro das Finanças e da Administração Estatal. Além disso temos o Conselho Técnico constituído pelos Pontos Focais de Género existentes dentro dos Ministérios e com representações da Sociedade Civil”. (Ana Loforte, Assessora da DNM)

EXTENSÃO PROVINCIAL

Moçambique registou progressos nos últimos anos, na consolidação da democracia e no crescimento económico, mas este progresso é notoriamente assimétrico. Esta assimetria no desenvolvimento é particularmente evidente na Província da Zambézia.

Apesar dos seus vastos recursos naturais e do seu potencial agrícola, é a Província que regista um dos mais elevados índices de pobreza do país. A maioria da sua população (86, 5%) vive nas zonas rurais. O nível de pobreza é de 69, 4% afectando principalmente mulheres e crianças que vivem no campo.

Na Zambézia, raparigas e rapazes a partir dos 10 anos, fazem ritos de iniciação. Para as raparigas isso significa que após os ritos são consideradas aptas para casar e os casamentos precoces originam a saída das raparigas da escola, muitas vezes antes de completarem o primeiro grau de ensino.

A extrema pobreza torna as mulheres mais vulneráveis ao HIV/ SIDA e à violência baseada em género nesta província. O UNFPA já tinha implementado um programa de capacitação em Género na Província da Zambézia de 1998 a 2001 que incluiu capacitação institucional. Tendo em conta estes factores e experiências no âmbito do Programa, a província da Zambézia foi seleccionada para a expansão do Projecto de Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher.



Jovens Activistas da Geração Biz da escola Básica Agrária de Mocuba no campo de experimentação do cajueiro.

“Muitas dúvidas e muitos problemas ligam-se à questão da responsabilidade sobre os filhos quando há separação do casal. A Lei da Família ajuda a resolver esta situação e veio beneficiar muito as mulheres que, regra geral, saíam sempre desfavorecidas. O normal era mulher ser posta fora de casa, perder os seus bens e muitas vezes a guarda dos filhos. Mostram grande espanto ao saber que, mesmo em caso de adultério, a mulher não perde os seus direitos com o divórcio. Este é um ponto que sempre levanta polémica por parte dos homens casados.”

“Nós queremos continuar a divulgar a Lei da Família e pensamos que ela não interessa só aos adultos, aos casais. Ela interessa também aos filhos. Eles devem saber em que situação estão face aos pais seja qual for a situação do casal, que direitos têm eles próprios dentro da família. Na nossa opinião a Lei devia ser divulgada nas escolas.”

(Tima Suale e Vânia Cabral, estudantes activistas no NAFEZA)

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

A estratégia de intervenção deu prioridade à capacitação das instituições governamentais, a nível central e provincial, e das organizações da sociedade civil, subordinada a dois grandes temas: Género e Desenvolvimento, e Análise e Planificação de Género.

Na primeira fase do Projecto foi feita análise e avaliação das necessidades no MMAS e na Rede Nacional de Formadores. A avaliação identificou as áreas prioritárias da formação e subsequentemente o pessoal do Ministério e os formadores da Rede Nacional foram objecto de acções de formação, através de treino no local de trabalho, seminários e workshops.

Para apoiar as associações femininas da Zambézia e capacitá-las para desempenharem um papel significativo no empoderamento da mulher e no desenvolvimento, o projecto promoveu a institucionalização do Núcleo das Associações Femininas da Zambézia, o NAFEZA e promoveu o acordo de colaboração contínua entre o Forum Mulher e o NAFEZA.

Para garantir a integração do Género, da Violência Baseada em Género e Género e HIV/SIDA, nos seus planos anuais e estratégicos, a nível nacional e provincial e no PARPA, com ênfase na Violência Baseada em Género e Género e HIV/SIDA, as acções consistiram nomeadamente em:

- Preparação dos funcionários da administração pública, a todos os níveis, para a integração da óptica de género nos planos e orçamentos do Governo
- Reforço da capacidade do MMAS para fazer estudos, investigaçãoe análise de dados desagregados, em particular sobre Género e HIV/SIDA
- Revitalização das estruturas multisectoriais, a nível central e provincial, envolvendo membros do Governo ao nível mais alto como:
- Grupo Operativo para o Avanço da Mulher, posteriormente extinto para dar lugar ao Conselho Nacional para o Avanço da Mulher.

- Conselho Técnico constituído pelos Pontos Focais de Género existentes dentro dos Ministérios e com representações da Sociedade Civil.

O UNFPA e seus parceiros providenciaram o apoio técnico e logístico necessário para capacitar o NAFEZA no seu papel de coordenador da rede de associações femininas na Zambézia e implementador de projectos ao seu nível. Foi assim possível ao NAFEZA elaborar o seu Plano estratégico, com ênfase na Igualdade de Género, Género e HIV/SIDA e Violência Baseada em Género, estabelecer parcerias e desenvolver acções de formação e sensibilização nestas áreas, entre as associações membros do NAFEZA.

A nível provincial destacam-se:

- Criação do Conselho Provincial para a Promoção da Mulher
- Formação contínua de quadros do nível provincial e até ao distrito na integração de género nos planos e orçamentos

“Em 1999 quando se introduziu o tema Género e Desenvolvimento, era uma novidade aqui na Zambézia. Foram precisos muitos debates, muitas reuniões, para chegarmos ao ponto em que estamos agora. Há uma mudança positiva apesar de precisar de ser melhorada. Continuamos a trabalhar tendo como base as recomendações nacionais e internacionais na área da promoção da Mulher.” (Joana Simão, Directora Provincial da Mulher e Acção Social na Zambézia)

“A violência doméstica pratica-se no lar onde a polícia não pode violar a privacidade do cidadão. Por isso precisamos e queremos que sejam as vítimas a nos procurar e a colocar os seus problemas. Podemos dizer que o aconselhamento tem beneficiado as famílias, em muitos casos restabelecendo a harmonia. Os casos de abuso de crianças, são levados por nós à Justiça.

A Zambézia é uma das províncias onde reina a superstição. Existe violência contra a mulher idosa relacionada frequentemente com acusações de feitiçaria. Este é um problema onde consideramos que há muito trabalho a fazer. Queremos que aos Gabinetes de Atendimento às Vítimas de Violência venham também as mulheres idosas colocar os seus problemas e buscar protecção.” **(Superintendente Benedito Gabriel Pereira, Director de Ordem e Segurança em Quelimane)**



Celebração do Dia Mundial da População 11 de Julho de 2005

2ª Fase: Concretização

A promoção das questões de género a nível da legislação e das políticas, reflectindo as prioridades do Governo e as aspirações da sociedade civil, e orientando o Plano Nacional para o Avanço da Mulher e o PARPA, concretizou-se na segunda fase do Programa.

A Política de Género e Estratégias de Implementação e o Plano Nacional para o Avanço da Mulher foram finalizadas. Um grupo constituído por membros do Grupo Operativo da Violência Doméstica coordenado pelo Forum Mulher, elaborou o Anteprojecto da Lei Contra Actos de Violência Doméstica.

A nova Lei da Família foi aprovada pela Assembleia da República em 2004, tendo o Projecto, através do reforço na capacitação institucional do MMAS-DNM e do Forum Mulher, contribuído para que esta lei se tornasse realidade. Os aspectos da Lei relacionados com Género foram introduzidos no PARPA.

A promoção da óptica de Género a nível de políticas concretizou-se em:

- Elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher
- Elaboração e Aprovação da Política Nacional de Género e Estratégias de Implementação;
- Elaboração do Manual de Orçamentação na Óptica de Género
- Manual de Divulgação de aspectos específicos da Lei da Família
- Relatório de Moçambique sobre 10 anos após conferência de Beijing
- Anteprojecto da Lei Contra Actos de Violência Doméstica.

Trabalhamos em várias acções relativas à questão da Violência Doméstica. Uma delas é a participação no processo de Criminalização dos Actos de Violência Doméstica, a Lei dos Actos de Violência Doméstica. Trabalhamos na área da Legislação para cumprir as orientações contidas nas Convenções e Declarações Internacionais que o país aceitou. Trabalhámos muito para a ratificação da Carta da União Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativa aos Direitos das Mulheres. A ratificação aconteceu no mês de Dezembro de 2005. (Ernesto Chamo, Coordenador do Projecto na DNM)

Ainda dentro da capacitação institucional e técnica das instituições, para poderem levar a cabo estudos, investigação e análise de dados desagregados, particularmente sobre género e HIV/SIDA, foram estabelecidas ligações com o Instituto Nacional de Estatística, para o tratamento de dados estatísticos na área de género, e para o estabelecimento de um banco de dados de género.

Foi feita uma parceria entre o Projecto e a Universidade Eduardo Mondlane para o estudo da Violência Baseada em Género.

A nível da Província da Zambézia, o projecto apoiou a DPMAS num estudo-diagnóstico nos diferentes departamentos do governo, sobre a inclusão da questão de Género na planificação e orçamentação.

Na área da Formação, a DNM e o Forum Mulher colaboraram na definição das modalidades a serem usadas pela Rede Nacional de Formadores, tendo-se produzido um Plano de Formação, um Pacote de Formação e uma Metodologia de Formação.

O Projecto deu apoio à Rede de Formadores, com foco particular em género e HIV/SIDA e Violência Baseada em Género, permitindo dispor de mais Formadores para apoiar as várias organizações de mulheres e para responder a solicitações de outras instituições. Neste âmbito desenvolveram-se acções de sensibilização para as questões de Género entre quadros envolvidos na tomada de decisões, incluindo Ministros e outros quadros de Ministérios.

“Através da nossa base de dados podemos indicar pessoas aptas a fazerem formação nesta ou naquela área, pessoas que já foram por exemplo colaboradoras ou quadros do Fórum. Apoiamo-nos também em jovens, em estudantes ou outros, que estão a trabalhar noutras organizações, e que nós próprias formámos”. “O Projecto apoiou-nos no trabalho que o Forum fez no âmbito da Lei da Família e apoia-nos agora na elaboração do Anteprojecto de Lei da Violência Doméstica, em que trabalhamos com juristas, cientistas sociais pertencentes a organizações membros do Forum e que se constituíram num grupo de trabalho para este efeito. (Graça Samo, Directora Executiva do Forum Mulher)

O Projecto reforçou significativamente a capacidade institucional para criar alianças estratégicas e fazer lobby e advocacia, que tornaram possível a participação na elaboração do Plano de Acção para Redução da Pobreza, PARPA II; no movimento internacional Marcha Mundial das Mulheres e na elaboração da Carta Mundial das Mulheres; na elaboração da proposta de Lei Contra Actos de Violência Doméstica.

Havendo necessidade de aprofundar mais a sensibilidade para as questões de género, ao nível provincial, foi criado o Conselho Provincial para o Avanço Mulher na Zambézia. No âmbito do projecto, realizou-se um Seminário sobre “Género, Família e Conflitos Sociais no Contexto do HIV/SIDA” para técnicos provinciais e representantes distritais.

Ainda para apoiar as associações femininas da Zambézia e capacitá-las para desempenharem um papel significativo no empoderamento da mulher e desenvolvimento, o projecto promoveu a institucionalização do Núcleo das Associações Femininas da Zambézia, NAFEZA, e promoveu o acordo de colaboração contínua entre o Forum Mulher e o NAFEZA.

“A primeira vez que eu ouvi falar de questões de género foi a partir da DPMAS numa altura em que isto era quase tabu. Há questões muito peculiares na Zambézia em relação às mulheres e penso que por isso o UNFPA implantou o projecto aqui. (Candida Quintano, Coordenadora do NAFEZA)

“Este tipo de preocupação – ver as estatísticas, os planos e orçamentos e tudo o que se refere a Género e Desenvolvimento, numa óptica de Género – não existia antes de 2000. Hoje é completamente diferente nesta Província”. “Só com estas metodologias na planificação e estatísticas, se pode ver a participação e o estatuto da mulher na sociedade.” (João Carlos Duqueliwa, Técnico de Planificação na DPMAS da Zambézia e Formador)



Celebração do dia Mundial da População em Mocuba, junto a um grupo teatral local

A capacitação e apoio ao nível provincial, permitiu que o NAFEZA estabelecesse parcerias com instituições de Ensino Superior e da Comunicação Social. Estas parcerias foram fundamentais para o trabalho de divulgação e sensibilização feito com envolvimento de jovens estudantes como activistas e através das estações de Rádio ao nível da província da Zambézia.

“Aprendemos novos métodos de trabalho com o UNFPA e isto criou um clima de confiança dos restantes parceiros para connosco. Há sempre solicitações novas e estamos neste momento a delinear novos projectos de trabalho, e tudo isto se deve à metodologia que o UNFPA nos transmitiu e continua a transmitir num apoio contínuo.” “Uma das características (da Zambézia) é o grande número de associações de mulheres que têm surgido na província. Nós começámos a trabalhar com 25, hoje temos 43 filiadadas. Mas há muito mais associações, de todos os tipos, desde de produção agrícola, à alfabetização e educação ou à saúde sexual e reprodutiva.” (Cândida Quintano, Coordenadora do NAFEZA)

“Aqui em Quelimane, atendemos em média 10 casos por dia.” “O Comando da Polícia da Zambézia, nesta questão da Violência Doméstica contra mulheres e crianças, é pro-activo. Na tradição, uma mulher que se queixa de violência no lar às autoridades atrai a ira dos familiares do marido. Por isso planeamos trabalhar com o sector de Educação e com o Hospital para ir ao encontro das situações.” (Jacinta Gemusse, agente da Polícia destacada no Gabinete de Atendimento)

LIÇÕES APRENDIDAS

- As instituições do Aparelho do Estado podem por vezes ser constrangidas por burocracia ou imperativos de subordinação aos níveis superiores, enquanto as ONGs podem ser mais livres e flexíveis para terem iniciativas próprias. Foi no entanto realçado por parceiros de implementação que as intervenções do projecto com acções de capacitação e reforço institucional, permitiram mudar radicalmente a capacidade de coordenação e execução da DNM.
- A sensibilização para as questões de Género e Desenvolvimento, Género e Violência e Género e HIV/SIDA, precisa de ser uma actividade contínua levada a cabo pelo MMAS-DNM, pelo Forum Mulher e pelo NAFEZA, pois a simples mudança de quadros devido a remodelações no Governo ou dentro dos ministérios, pode fazer regredir conquistas e avanços feitos anteriormente.
- A presença de mulheres nos órgãos legislativos e de decisão só por si não garante a mudança de conteúdo das Leis ou das decisões governativas, pelo que um intenso trabalho de lobby e advocacia pelas instituições como o MMAS-DNM e as organizações de mulheres continua a ser fundamental.
- Sendo muito importantes as parcerias com a Comunicação Social, desde a imprensa às rádios comunitárias, é importante verificar se o conteúdo das mensagens difundidas não é deturpado ou diluído. Aqui pode fazer-se o paralelo com o combate ao HIV/SIDA, onde se fez grande investimento nas mensagens de prevenção através dos media mas a sua eficácia está agora a ser posta em causa
- A sensibilização entre os cidadãos e, mais especificamente, entre quadros da Administração Pública ou da Lei e Ordem, está a promover novas iniciativas dedicadas a questões de género e o aparecimento de mais associações femininas. No entanto verifica-se nessas instituições e organizações, a tendência para considerar que as actividades na área do Género correspondem a uma imposição da comunidade

internacional e são custeadas pelos doadores internacionais. É necessário que estas actividades também tenham cobertura pelo orçamento do estado, ou por meios próprios no caso das associações

- A formação dirigida aos planificadores em todos os níveis da Administração Pública, não só aumenta a capacidade técnica de integrar as questões de género em planos e orçamentos, como está também a elevar o nível de consciência relativamente aos direitos humanos das mulheres, como se constata falando com técnicos de planificação na DNM e DPMAS
- Parece necessário analisar o papel dos Pontos Focais de Género nos Ministérios, para conhecer até que ponto eles têm voz nos Conselhos Consultivos dos Ministérios ou dão contribuições para os planos estratégicos e de actividades
- As mulheres começam, apesar de ainda timidamente, a procurar protecção e aconselhamento legal em casos de violência de



género como é patente no Gabinete de Atendimento da PRM ou no escritório da representação da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, em Quelimane, o que é atribuído ao trabalho de sensibilização promovido através do Projecto.

- As actividades de divulgação da nova Lei da Família estão a criar uma nova consciência das mulheres relativamente a direitos que a lei lhes dá e elas desconheciam, levando-as a participar muito activamente em reuniões e debates. Elas são também pretexto para dar às mulheres a consciência de que os direitos das mulheres são Direitos Humanos e não uma exigência à parte destes.
- A experiência da Zambézia com a realização de palestras sobre Lei da Família, e particularmente sobre Direito Sucessório, para pessoas infectadas e afectadas pelo HIV/SIDA, revelou-se muito oportuna e útil
- O Projecto nas suas diversas intervenções está a dar contribuições relevantes na compreensão das mulheres à cerca do seu papel no combate à pobreza e no desenvolvimento pelo que muitas associações femininas surgidas na Zambézia, por exemplo, se constituem na área da produção e da geração de rendimentos
- As experiências colhidas a nível provincial, indicam que onde o impacto da sensibilização para as questões de género pode ser maior é a nível do distrito, tanto na planificação e análise dos dados desagregados por género, como na integração das mulheres nos objectivos dos planos de redução da pobreza e de desenvolvimento. Este impacto reflecte-se também no surgimento de novas associações de mulheres em torno de diferentes objectivos.

“Este Programa das Nações Unidas trouxe mudanças nas mentalidades e atitudes que já começam a ser visíveis. No início as questões de género eram questões marginais; passaram depois a ser vistas como assuntos interessantes e mobilizando sobretudo mulheres; hoje já são uma preocupação dos dirigentes.” (Paulina Chiziane, Assessora da DPMAS na Zambézia)



CONCLUSÕES

Em cinco anos o Projecto introduziu em muitos sectores o conceito de Género e do Género como factor no Desenvolvimento, e deu um novo ímpeto aos esforços pela promoção da mulher anteriormente iniciados. Mais importante ainda, o Projecto preparou instituições do Estado e organizações da Sociedade Civil com bases para prosseguirem a tarefa.

Os objectivos do projecto de Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher envolvem mudança de mentalidades e os seus resultados só são visíveis a longo prazo. A formação e treino de quadros do Estado e da Sociedade Civil produziram resultados notáveis e deve continuar a ser prioridade para que mais pessoas conscientes do papel do Género na sociedade entrem para os diversos sectores onde essa perspectiva é mais necessária, desde a Educação à Justiça, do Poder Local ao Governo central.

Grande parte das actividades do Projecto são realizadas em, e a partir de, os centros urbanos, apesar do maior potencial de impacto ser a nível dos distritos. Este é um dilema difícil de gerir porque dada a extensão do território e a dispersão da população, agravadas pelas más vias de acesso e outras dificuldades de comunicação, é difícil “trabalhar com os distritos” como se ouve frequentemente. Só pode ser ultrapassado com a descentralização progressiva de recursos dos centros para a periferia.

O aprofundamento do Estado Democrático de Direito e a governação democrática em Moçambique, passam pelo reforço da capacidade nacional para formular, advogar e implementar legislação que especificamente aborde Género e Direitos Humanos.

O actual Código Penal de Moçambique não contempla especificamente a Violência Doméstica. A Lei Contra os Actos de Violência Doméstica está presentemente na fase de Anteprojecto em debate, prevendo-se a sua aprovação pelo Parlamento em 2007.

Por outra lado, a deficiente cobertura do sistema judiciário nas zonas predominantemente rurais não garante actualmente, à maioria das vítimas de violência doméstica, o direito à justiça que é um aspecto fundamental do empoderamento das mulheres em particular, dos grupos mais vulneráveis em geral.



PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO PROJECTO

É necessário reforçar a capacidade nacional para enfrentar as questões de Género e HIV/SIDA, e todas as outras questões que afectam os grupos mais vulneráveis, continuando a facilitar e promover a igualdade de Género. Neste contexto, outro dos aspectos importantes a considerar no empoderamento das mulheres, é o seu acesso ao micro-crédito para financiamento de pequenos projectos de geração de rendimentos.

A expansão do Projecto de Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher a outras províncias e distritos seleccionados, é crucial para a consolidação dos ganhos já obtidos nas fases anteriores. O Projecto tem um papel determinante no enquadramento do combate ao HIV/SIDA que é também um aspecto particular da luta pela igualdade de Género.

O empoderamento da mulher é factor decisivo para o aprofundamento e consolidação da democracia e, nesta perspectiva, o Projecto tem de continuar a reforçar as iniciativas do Governo e a apoiar a Sociedade Civil para que os sinais de progresso que hoje se verificam não venham a ser interrompidos.

Edição: UNFPA Moçambique, 2006

Exemplares: 1.000

Maquetização e Impressão: SGL
